

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS DE 2020

**Centro de Bem Estar Infantil
de Vila Franca de Xira**



setembro, 2021





CENTRO DE BEM ESTAR INFANTIL DE VILA FRANCA DE XIRA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS DE 2020

ÍNDICE

COMUNICAÇÃO DO PRESIDENTE DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO.....	5
BREVE APRESENTAÇÃO.....	9
DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO.....	10
CORPOS SOCIAIS ELEITOS E EM FUNÇÕES.....	11
MISSÃO, VISÃO E VALORES.....	12
FINS E ATIVIDADES PRINCIPAIS.....	12
ORGANOGRAMA.....	13
RELATÓRIO DE ATIVIDADES.....	14
GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS.....	14
GESTÃO DOS RECURSOS DE PATRIMÔNIO.....	15
EDUCAÇÃO.....	15
POPULAÇÃO ADULTA.....	20
DINAMIZAÇÃO DA COMUNIDADE.....	20
ETI-ESCOLA A TEMPO INTEIRO.....	20
ÁREAS FUNCIONAIS DO CBEI.....	21
AVALIAÇÃO E CONCLUSÃO DAS ACTIVIDADES NAS VÁRIAS RESPOSTAS SOCIAIS E FUNCIONAIS.....	25
ANÁLISE DAS CONTAS.....	26
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA.....	28
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	21
BALANÇO DO EXERCÍCIO.....	30
REFERÊNCIAS FINAIS.....	31
ANEXO À CONTA DE GERÊNCIA DE 2020.....	32

COMUNICAÇÃO DO PRESIDENTE DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

Como é do conhecimento do cidadão comum, as IPSS desde há muito tempo que enfrentam dificuldades financeiras e, todas, elas, procuram reinventar-se a cada momento no sentido de encontrar a sua sustentabilidade.

As IPSS como o CBEI perdem utentes, desde 2015, na Resposta Social de Pré-escolar, dada a crescente abertura de salas na rede pública que vai captando, sobretudo, a faixa dos utentes de 5 anos.

Recordo que no ano letivo de 2015/2016, o CBEI viu-se obrigado a dispor de sete salas incompletas de forma a manter os recursos humanos. Não será difícil compreender os elevados custos que resultaram com esta falta de utentes e de mensalidades, bem como a falta de compensação do Estado.

No ano letivo 2019/2020 chegou a morte anunciada do CATL tradicional no CBEI com a implementação da Escola a Tempo Inteiro na rede escolar pública.

Fazendo uma retrospectiva ao ano de 2020 constata-se que foi um ano extremamente atípico.

Durante anos que vem sendo espelhada em documentos oficiais contabilísticos esta situação financeira do CBEI. O rebentar da “bolha” no último semestre, que há muito estava para rebentar, colocou a nu um problema que já se tinha repetido várias vezes ao longo de anos no CBEI.

Esta instabilidade provocada por um grupo de associados, muitos sem filhos na Instituição e com dívidas, foi ampliada internamente e no exterior, não tendo havido a capacidade de a resolver internamente sem causar danos, quer para o CBEI, quer para todos os que sempre quiseram tornar o CBEI sustentável.

Destaco alguns dos fatores que provocaram este acentuar de atipicidade.

Durante os últimos anos assumi a frontalidade de desafiar a coordenadora da Escola de Natação e assim como do Desporto, quer pelo logro que eram os orçamentos desta escola, quer pelos resultados apresentados, que geraram dezenas de milhares de euros de prejuízo. Graças à gestão desta coordenadora desta escola, o CBEI foi obrigado a pagar à trabalhadora Ana Lúcia 6000 euros que a mesma reclamou em tribunal quando durante anos escutei da responsável da escola que eram horas de voluntariado.

Ter acabado com o modelo existente de Escola de Natação veio comprovar que era possível gerir melhor e com mais rentabilidade.

Tudo acabou em bem com o pagamento que era devido a estes prestadores de serviços e uma declaração de reconhecimento da boa gestão e da sua transparência que muitos projetos que esta equipa apresentou a maioria foi concretizada.

Em 2020 tudo aconteceu e registaram-se grandes mudanças.

Depois de uma crise económica que atingiu as famílias de uma forma muito dura, e que se refletiu até 2019, veio a COVID-19 afetando famílias, empresas, IPSS e trabalhadores.

- A falta de receita e subsidiação necessária para cobrir custos de operação;
- A falta de apoios financeiros, por parte do Estado às IPSS, incumprindo com o compromisso feito com estas há 10 anos em assumir 50% dos custos de funcionamento. Hoje constata-se que esse compromisso não chega aos 30%;
- O não aumento das mensalidades durante mais de 16 anos aumentou o deficit na tesouraria para fazer face ao constante aumento de salários e de bens de consumo;
- A falta de condições físicas e salubridade do edifício sede, onde todos os espaços estão ocupados, dificultando a realização de alguns projetos ao que se junta o constante colapso das infraestruturas, numa espiral de “repara de um lado, avaria do outro”;
- Exigências por parte da Segurança Social e alterações legais constantes, quer de funcionamento regular, quer da COVID-19 que levaram a equipa administrativa ao extremo cansaço e com dificuldades em acompanhar e implementar estas diretrizes;
- O processo de mudança, constante, que obrigou os trabalhadores à alteração de hábitos e regras.

Entre trabalhadores e associados, o Órgão de Administração foi compreendido por uns e incompreendido por outros. Os associados esquecem-se que o CBEI é uma associação e por isso, **é de todos nós**. É de todos a responsabilidade legal perante os utentes, trabalhadores e comunidade. E é dentro de portas que os problemas devem ser resolvidos, como o foram no passado, sem colocar em causa a credibilidade da Instituição.

No entanto, em 2020, a atividade manteve-se e, fosse com o estado de emergência ou *lay-off*, o CBEI esteve sempre aberto. Numa primeira fase aos trabalhadores de primeira linha, cantina social e de emergência, depois a todos.

As responsabilidades e solicitações diárias foram bastantes:

- Reuniões com a equipa de gestão;
- Reuniões com as coordenações;

- Reuniões com equipas de trabalho;
- Reuniões com os trabalhadores que necessitam de ser escutados;
- Reuniões com fornecedores para negociações várias;
- Reuniões de Equipa de Gestão do Plano de Contingência – COVID-19;
- Reuniões com outras associações ou IPSS;
- Reuniões com o executivo da Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira;
- Reuniões com o Presidente e demais vereadores da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira;
- Reuniões com os serviços da Segurança Social;
- Reuniões do CLAS – Conselho Local de Ação Social;
- Reuniões com a CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens;
- Reuniões com bancos;
- Gerir os recursos humanos e financeiros diariamente, bem como as intervenções em várias frentes de reabilitação e melhoramentos do equipamento.

O Órgão de Administração do CBEI durante o ano 2020 procurou:

- Comunicar com o exterior e com os associados de uma forma continuada, sendo muita a informação a divulgar e nem sempre foi possível;
- Uma presença mais assídua nos média;
- A adequação das condições dos serviços administrativos às novas necessidades;
- Informatização geral;
- Aumentar o número de protocolos com o município e outras entidades;
- Aumentar o número de protocolos com várias empresas (dentistas, farmácias, etc.) com benefícios para os associados;
- Promover a formação certificada;
- Continuar com o projeto da nova cozinha e armazém elaborado e custeado, parcialmente, pela Câmara Municipal.

O Órgão de Administração procurou cumprir, com os utentes, trabalhadores e associados! É meu entender que o CBEI continua a caminhar no sentido de, a cada dia, ser mais credível, dados que os nossos projetos são cada vez mais reconhecidos junto da comunidade e dos decisores políticos.

Tendo em conta a necessidade emergente na profissionalização dos membros em funções diretivas, esta foi alvo de concretização durante este ano, levando a que haja mais *know-how* em áreas tão específicas do terceiro setor.

Contudo, quando se faz de forma apaixonada e sem oportunismos, tudo acontece no tempo certo, mesmo quando temos adamastores ou com cascas de laranja na ladeira!

O CBEI continua a apostar em projetos com visibilidade, com possibilidade de crescerem e de se tornarem grandes projetos.

Haja compreensão, colaboração e motivação de todos, nunca perdendo o objetivo inicial do CBEI – a INFÂNCIA E JUVENTUDE.

Todas as atividades e iniciativas de caráter inovador propostas para este ano tiveram impacto e resultados positivos, quer a nível social, quer financeiro.

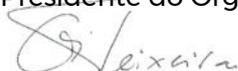
Perante todos estes fatores, a gestão diária é um processo difícil e muitas vezes incompreendido. É necessário que estejamos conscientes da realidade, das potencialidades de todos os envolvidos e canalizar todas as energias no concretizar deste sonho que é de todos.

Tendo sido um ano marcado por várias alterações, quer internas, quer externas, é objetivo deste Órgão de Administração, que em final de 2019 tomou posse, fazer todos os esforços para que o CBEI volte a ter a estabilidade necessária para que a sua missão seja cumprida. O trabalho desenvolvido e o esforço de todos os trabalhadores no dia-a-dia são notórios face a tantas dificuldades, muitas delas inesperadas. A situação das nossas instalações e a necessidade de obras internas urgentes é, sem dúvida, um sonho de há muitos anos, mas uma necessidade nos dias de hoje.

O CBEI continua e terá de continuar com projetos que permitiram contribuir para a sustentabilidade da Instituição, fazendo face à redução de receitas e o aumento das despesas.

Deixo o desafio a todos: Porque não unir esforços e canalizar todas as energias para ultrapassar as dificuldades diárias desta Instituição fazendo UM CBEI PARA O FUTURO.

Presidente do Órgão de Administração do CBEI

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'V. Veixaria'.

“O CASI (CBEI) não é um prado onde se deambula poeticamente em horas matinais de primavera, mas uma ladeira áspera, que só se pode transpor com botas de cabreiro, grossas e rijas. Não admira, pois, que eu escorregue, por vezes caia: o que admira é que haja quem ache divertido deitar cascas de laranjas no caminho que escolhi. Porém, eu, inteiro ou feito em pedaços, conto atingir o cimo da encosta.”

Padre Vasco Moniz in Voz do Catraio 10.02.1946

BREVE APRESENTAÇÃO

NOTA HISTÓRICA

O CBEI - Centro de Bem Estar Infantil de Vila Franca de Xira é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos, criada em 1975 e que substituiu o CASI - Centro de Assistência Social Infantil, fundado pelo Dr. Vasco Moniz, em 1943, com estatutos aprovados por



alvará do Governo Civil de Lisboa, de 8 de setembro, onde foram educados, em regime de internato, várias centenas de rapazes desprotegidos que se mantinham na Instituição até aprenderem um ofício ou terminado outros estudos.

O CBEI tem a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social, tendo como objetivos a assistência à Creche, Pré-escolar e Centro de Atividades de Tempos Livres, cooperando com as famílias na educação física, moral e intelectual dos seus filhos.

Os princípios da Instituição foram desde sempre edificados num clima de solidariedade, fraternidade e convergência de esforços para que todo o exercício da sua atividade honrasse de forma idónea e auspiciosa os objetivos a que se tem proposto desde o seu início, para com as crianças e com a comunidade em geral. Desde então, a Instituição registou um crescimento bastante significativo em termos de capacidade de utentes, o que tem originado uma melhoria dos serviços que dispõe de modo a assegurar um sem número de respostas eficazes a variadas situações colocadas pelas famílias e pela própria comunidade e que todos os dias são encaradas como um novo desafio.

Em 2016, o CBEI fica marcado pelas alterações estatutárias aprovadas, que permitem dar resposta às múltiplas necessidades da comunidade, que decorrem de uma conjuntura particularmente adversa, sem grandes expectativas de melhoria nos próximos anos, e que fazem com que a nossa missão seja, cada dia que passa, mais importante, garantindo um apoio social efetivo à comunidade da freguesia e do concelho.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

DESIGNAÇÃO SOCIAL

CBEI - CENTRO DE BEM ESTAR INFANTIL DE VILA FRANCA DE XIRA

ENDEREÇO

RUA DR. VASCO MONIZ, N.º 22

2600-273 VILA FRANCA DE XIRA

LOCALIZAÇÃO GPS:

38.956237N -8.990481W

WEBSITE

www.cbei.pt

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL

500 060 770

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÓMICA PRINCIPAL

85100 - EDUCAÇÃO

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÓMICA SECUNDÁRIO

88910 - ATIVIDADES PARA CRIANÇA

56290 - OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇO DE REFEIÇÕES

DATA DE FUNDAÇÃO DO CBEI

A 18 de Novembro de 1974, com a aprovação dos novos estatutos, o CASI passou a designar-se Centro de Bem Estar Infantil de Vila Franca de Xira, tendo adquirido o estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social.

CORPOS SOCIAIS ELEITOS E EM FUNÇÕES

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE:

Joaquim Manuel Assunção da Silva Queiroz

1.º SECRETÁRIO:

Sónia de Jesus Frita de Oliveira

2.º SECRETÁRIO:

Susana Alexandra da Silveira Fernandes

ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE:

Gil Afonso de Gouveia Teixeira

VICE-PRESIDENTE:

Luís Possidónio Santos Pedro

TESOUREIRO:

João Luís Tavares Carolino

SECRETÁRIO:

Ana Isabel de Gouveia Teixeira

VOGAL:

Ricardo Alexandre dos Santos Patusco

ÓRGÃO FISCALIZADOR

PRESIDENTE:

António Pedro Barbosa

VOGAL:

Hugo Alexandre Ribeiro

VOGAL:

Maria Costa Luís

MISSÃO, VISÃO E VALORES

1. O CBEI tem por missão contribuir para a realização dos Direitos da Criança, universal e constitucionalmente consagrados, e para o desenvolvimento da comunidade.
2. O CBEI tem como visão ser uma instituição de referência, socialmente inovadora e sustentável.
3. São valores do CBEI: a solidariedade, a ética, a competência, a credibilidade, a transparência, a eficiência e a qualidade.

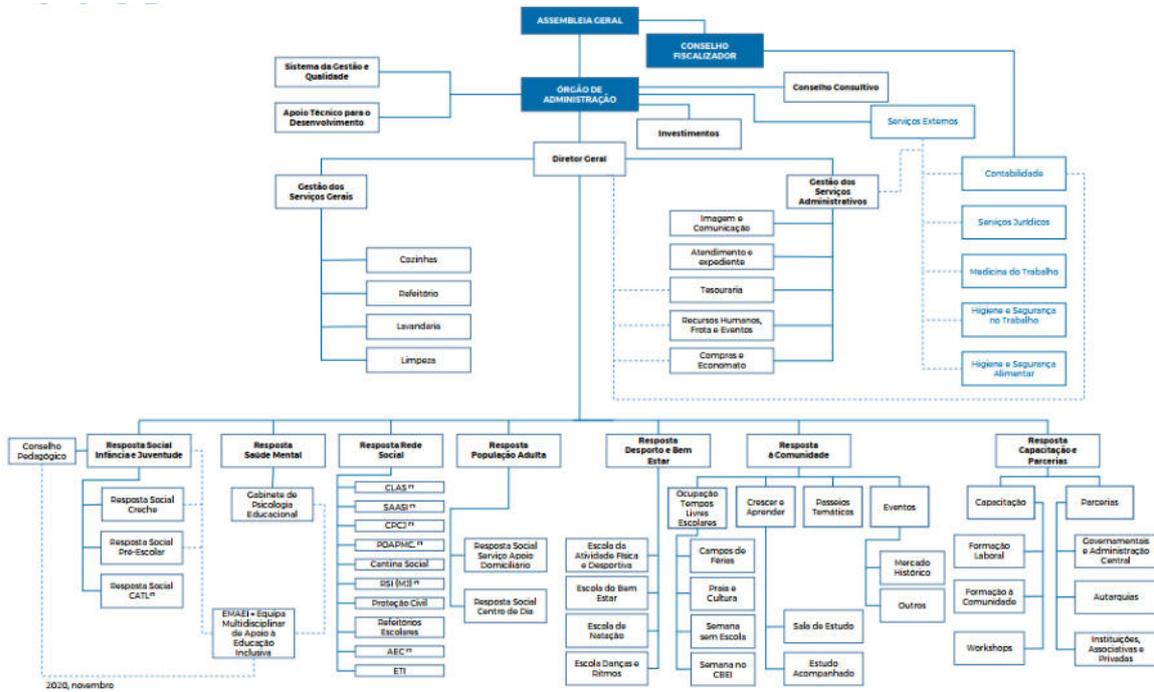
FINS E ATIVIDADES PRINCIPAIS

1. O cumprimento da missão do CBEI concretiza-se mediante a prestação de serviços, desenvolvimento de atividades, concessão de bens e de outras iniciativas que garantam a promoção do bem-estar e da qualidade de vida das crianças, das suas famílias e da comunidade onde se inserem, nomeadamente nos seguintes domínios:

- a) Educação e desporto;
- b) Saúde;
- c) Igualdade e proteção;
- d) Desenvolvimento comunitário e coesão social;
- e) Assistência humanitária e ajuda de emergência;
- f) Consultoria, capacitação, assistência e formação;
- g) Inovação e empreendedorismo social;
- h) Realização de eventos;
- i) Outras respostas sociais que contribuam para o cumprimento da missão.

2. Nas condições atuais, o CBEI desenvolve a sua atividade fundamentalmente no domínio da educação, disponibilizando Respostas Sociais de Creche, Pré-escolar, Centro de Atividades de Tempos Livres, prestando ainda serviços à comunidade. Em 2019 o CBEI deu assumiu esponencialmente grandes responsabilidades na resposta da Ação Social nomeadamente SAASI, CPCJ, CLAS, PO APMC.

ORGANOGRAMA



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Face ao número de utentes, projetos e protocolos em curso, o Órgão de Administração do CBEI procurou maximizar os Recursos Humanos existentes adequando-os às diversas necessidades com a tutela e município.

Para as AEC foram contratados 12 trabalhadores.

Em 2020, o CBEI contava com 72 trabalhadores distribuídos da seguinte forma:

- 11 docentes;
- 2 técnicos superiores de animação sociocultural;
- 8 trabalhadores nos Serviços administrativos (Diretor Geral, Assessoria, Coordenador da Comunicação e multimédia, sector de compras, escriturárias)
- 28 auxiliares de educação;
- 2 cozinheiras;
- 11 ajudantes de cozinha;
- 1 motoristas;
- 9 auxiliares de serviços gerais;

Ao dia de hoje, o CBEI conta com 53 trabalhadores, cuja massa salarial absorve cerca de 73% dos rendimentos da Instituição.

GESTÃO DOS RECURSOS DE PATRIMÓNIO

Adequação do Edifício Sede à legislação em vigor

A Segurança Social, depois da visita em abril de 2018, veio impor ao CBEI que iniciasse as obras de adequação até setembro de 2019, com um ultimato de quebra dos acordos de cooperação em vigor, em caso de incumprimento.

Este processo continuou a decorrer perante as instituições intervenientes.

Tendo a Assembleia Geral aprovado as linhas de crédito em maio de 2019, as instituições bancárias acautelaram-se solicitando um plano de negócios e documentação contabilística, sendo que o descrédito gerado não beneficiou o bom andamento dos processos.

Polo da Clínica da Saúde Mental e Polo de Povos

Tratam-se de dois projetos que continuam a fazer parte dos novos projetos de sustentabilidade de Povos, adequando as necessidades da comunidade aos serviços. No projeto da Clínica está previsto a avaliação psicológica de crianças, devido ao aumento da procura e escassez de resposta por parte dos serviços do Hospital, bem como serviços como terapia da fala.

EDUCAÇÃO

Introdução

É princípio da Instituição abraçar todos os novos desafios que nos são colocados e promover formas de inovação pedagógica, privilegiando novas áreas de intervenção que possibilitem uma maior e mais tranquila gestão e autonomia financeira.

Este ano foi caracterizado por grande instabilidade social e económica, factores estes que tiveram impacto direto na Instituição.

A abertura de novas salas de pré-escolar bem como a oferta da Escola a Tempo Inteiro por parte do município, levou à quebra generalizada de utentes.

Este impacto foi mais notório na resposta social de pré-escolar, onde a falta de utentes levou a que apenas 3 salas tivessem utentes.

Relativamente à resposta de CATL também houve um decréscimo de utentes passando de cerca de 150 para 60 utentes.

Será necessário reforçar que a pandemia teve grande impacto nesta situação. Houve um aumento significativo de famílias com dificuldades económicas por situações de desemprego, *lay-off*, entre outras.

De realçar que o ano de 2020 foi caracterizado pela elaboração de um Plano de Contingência que levou a muitas alterações de procedimentos.

Foram elaboradas várias formações com todos os trabalhadores de forma a orientar e a cumprir todas as orientações emanadas.

Foi um ano caracterizado por um confinamento geral que levou a Instituição a encerrar a 16 de março e apenas reabrir de forma faseada e de acordo com as indicações das autoridades, o que levou à quebra de muitas atividades, relações e interações.

Este ano foi também caracterizado por muitos isolamentos profiláticos, o que causou impacto na concretização de muitas atividades inicialmente programadas e, por questões ligadas à COVID-19, tiveram de se adaptar à nova realidade.

Esta nova situação levou à necessidade de reformulação de práticas internas, bem como criar novas estratégias de trabalho pedagógico com os pais e com os utentes.

Houve a necessidade da Instituição se reestruturar e se adequar à nova realidade.

Desta forma, serão apresentadas sucintamente as atividades realizadas pelas várias respostas sociais.

Resposta Social de Creche

Na Resposta Social de Creche a intervenção pedagógica assenta sobretudo no respeito e focalização na qualidade das relações que se estabelecem com a criança. O afeto e as relações de segurança são a base de todo o trabalho desenvolvido, bem como o respeito pelos seus tempos e estádios de desenvolvimento.

Assim, as atividades desenvolvidas surgem com a espontaneidade dos momentos vividos, nos cuidados quotidianos e nas rotinas, constituindo-se estas como oportunidades educativas especiais que primam pela qualidade.

Para além de todas as atividades e estratégias estabelecidas em todos os planos de sala de cada grupo, e adequados à nova realidade e de acordo com as características de cada faixa etária destaca-se nesta resposta social que:

- Esta foi a resposta social onde a COVID-19 teve mais impacto no que diz respeito às relações. Os pais deixaram de poder entrar na sala e ter o contacto informal e direto que estavam habituados o que causou grande instabilidade quer para pais e técnicos.
- A continuidade da elaboração dos dossiers, da elaboração de informação aos pais, via website do CBEI e dar a maior tranquilidade e confiança e aos pais nesta fase que o país atravessou.
- As atividades ao exterior foram canceladas, as próprias rotinas alteradas, como por exemplo idas ao pátio e refeitório, bem como a transição em setembro para a nova resposta social.
- As atividades festivas foram comemoradas pela equipa, mas adaptadas às orientações.
- As datas festivas foram comemoradas dentro da Instituição e apenas restrita aos utentes tentando o mais possível que a comunicação com os pais fosse conseguida.
- Em setembro foi criada a possibilidade de cada educador ter acesso à plataforma Teams e/ou Zoom de forma a que se estabelecesse uma relação mais próxima com os pais. No entanto, os técnicos desta resposta não se adaptaram a esta proposta e foi proposto pelo Órgão de Administração a criação de grupos individuais através da plataforma Whatsapp de forma a partilhar informações e momentos vividos diariamente.

Esta proposta não foi aceite adiando esta estratégia.

Resposta Social de Pré-Escolar

Esta Resposta Social, pela especificidade dos marcos de desenvolvimento das crianças e das competências que devem ser promovidas, prima pela diversidade de experiências.

A equipa pedagógica define o seu trabalho numa perspetiva ecológica e sistémica. A interação e partilha entre todos os intervenientes no processo educativo constituem o pilar fundamental de todo o planeamento realizado ao longo do ano. A diversidade de tempos e espaços organizados tem como finalidade o cumprimento dos objetivos definidos nesta Resposta Social.

O dia-a-dia das crianças é preenchido por diferentes desafios colocados pelos educadores e exploração de diferentes materiais e experiências.

Como já foi apresentado, todas as respostas tiveram de se adaptar à nova realidade.

De ressaltar que durante o confinamento a Instituição recebeu os filhos dos funcionários de primeira linha e foram acolhidos todos os utentes que preenchiam os requisitos para esta oferta.

Nesta resposta também foi recusada a proposta da plataforma Teams, mas foi implementado o grupo do Whatsapp que permitiu aos pais terem conhecimento de muitas das atividades realizadas.

Atividades festivas como o Dia do Pai, S. Martinho ou o Natal foram adaptadas pelas equipas de forma a cumprir todas as exigências e cumprir com o Plano de Contingência.

Relação Instituição/Família

A relação Instituição/Família é umas das principais preocupações da equipa pedagógica. A proximidade dos pais à Instituição, quer através dos contactos formais, quer informais, e a partilha de momentos que promovam o estreitamento destas relações contribui para o desenvolvimento global e harmonioso da criança.

Desta forma, destacam-se alguns dos momentos em que se apelou à participação e colaboração dos pais no dia-a-dia da Instituição:

DIA DO PAI

Organização de momentos partilhados entre pais e filhos.

DIA DA MÃE

Organização de momentos partilhados entre mães e filhos.

HORA DO CONTO

Inserido no projeto “*Era uma Vez...*”, a Hora do Conto prevê o desenvolvimento da atenção e concentração, imaginação e criatividade, contando com a participação dos pais ao vir à sala do seu filho contar uma história.

FALAR COM O CORAÇÃO

Integrado no projeto “*Ser e Conhecer*” (desenvolvimento emocional, autorregulação e competências sociais). Os pais foram convidados a experimentarem uma sessão para pais, onde partilharam afetos e vivências emocionais, contribuindo para o desenvolvimento emocional dos filhos e das relações familiares.

DIA DA CRIANÇA

Este ano o dia da Criança foi apenas assinalado com atividades em sala e integradas no plano de atividades da CPCJ.

CATL

Esta Resposta Social tem como principal desafio a promoção da responsabilidade nas crianças e jovens, o estreitamento de relações de amizade e de noção de grupo e a gestão de comportamentos assertivos.

Para além de todas as atividades propostas, dos Projetos “*Descobrir e Sentir...*” - *continuidade do projeto “Ser e Conhecer”* -, “*Conversas no Sótão*” passando sobretudo por dinâmicas de grupo, contacto com diferentes formas de expressão e reflexão conjunta, *workshops* e execução de projetos de sala para a Resposta Social de 2.º ciclo e 3.º ciclo, oficinas onde são trabalhadas diversas temáticas na Resposta Social de CATL 1G.

Esta é uma Resposta Social que aceitou todos os novos desafios vindos da pandemia e encontrou estratégias de comunicação com os pais, também pelo Whtasapp.

A abertura desta resposta a 1 de junho, após o confinamento iniciado a 16 de março, levou ao cancelar de muitas atividades propostas: colónia de praia, acantonamento, queima das fitas, Gala do CBEI, entre outras.

Face à nova realidade desta resposta e com a diminuição significativa de utentes, a equipa reinventou-se e realizou as actividades possíveis, acompanhando os trabalhos de casa e assegurando as necessidades dos utentes.

Bem como nas restantes respostas, nesta houve a necessidade de investir na clarificação das novas normas de vida social e de minimizar o impacto que esta pandemia teve nos utentes e adultos.

Número médio de utentes no ano civil de 2020

RESPOSTA SOCIAIS INFÂNCIA E JUVENTUDE	N.º MÉDIO DE ALUNOS
Creche	82
Pré-escolar	60
CATL	60
TOTAL	202

POPULAÇÃO ADULTA

Não foi possível realizar nenhuma atividade.

DINAMIZAÇÃO DA COMUNIDADE

Tendo em conta toda a realidade já reportada, esta foi uma Resposta em que não foi possível desenvolver qualquer tipo de atividade.

ETI – ESCOLA A TEMPO INTEIRO

Como protocolo estabelecido com o município, as ETI – Escola a Tempo Inteiro, foi uma resposta à comunidade, nas Escolas João de Deus, Pré-Escolar de Povos e Escola 1.º ciclo de Povos.

Tendo em conta a redução do número de utentes, este protocolo permitiu alocar os recursos humanos excedentes à Instituição desde setembro de 2020.

Assim passamos a referir o número de recursos alocados a cada escola:

- Escola nº 2 João de Deus - 4 recursos
- Pré-Primária de Povos - 3 recursos
- 1.º ciclo Povos - 4 recursos

ÁREAS FUNCIONAIS DO CBEI

O CBEI tem procurado identificar e analisar os pontos críticos e encontrar novas oportunidades de intervenção que garantam a melhoria contínua dos seus serviços e a sustentabilidade da Instituição.

PLANEAMENTO E CONTROLO ADMINISTRATIVO

O CBEI procurou identificar e analisar novas oportunidades de intervenção que garantissem a melhoria contínua do planeamento e controlo administrativo da Instituição que continuam a revelar várias falhas e que continua a ser alvo de intervenção do Órgão de Administração no sentido as corrigir.

Na gestão diária da Instituição procurou-se, a cada momento, tomar as decisões corretas e no sentido de reduzir custos.

SERVIÇOS ADMINISTRATIVO E UTENTES

Estando definida como prioritária a implementação do Sistema da Gestão da Qualidade (SGQ) certificado pela norma ISO 9001:2008, o Órgão de Administração como medida de gestão financeira suspendeu temporariamente esta certificação. Contudo, foi feito um esforço, nem sempre atingido, de assegurar a qualidade dos serviços prestados, satisfazendo as necessidades implícitas e explícitas dos utentes do CBEI.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A formação é uma prioridade para o Órgão de Administração, como garantia do sucesso e qualidade dos serviços que presta à comunidade, tal como da melhoria de produtividade e o impulsionar da inovação, que deverão passar a ser dois pilares fundamentais para a gestão desta casa.

No entanto este ano foi possível fazer formação: na área da Segurança Alimentar, Higiene e Segurança no Trabalho, nos serviços administrativos e na área pedagógica uma ação de formação sobre o Projeto «*Descobrir e Sentir*» aberta a todos os colaboradores.

COMUNICAÇÃO E IMAGEM

Durante 2020 continuaram as acções iniciadas em 2018 para uma maior divulgação do CBEI junto da comunicação social e nas redes sociais.

Para a dinamização de conteúdos na *web* o CBEI reforçou as actualizações periódicas e os conteúdos no *website* oficial da Instituição.

Na comunicação com os sócios foi melhorada, mantendo regularidade no envio de comunicações e informações através de ferramentas de *bulk email*.

Nos contactos com a comunicação social foram mantidas relações com a imprensa local e regional e foram feitas participações em programas de rádio. Também nesta área estivemos mais assíduos na divulgação do CBEI.

INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES

Continua a decorrer o processo de modernização e informatização de todos os procedimentos administrativos tendo sido feita a aquisição / atualização de software e hardware de forma a dotar os postos de trabalho de melhores condições.

MANUTENÇÃO E SEGURANÇA

O serviço de manutenção foi pronto e cabal dentro da disponibilidade de tesouraria a todas as solicitações .

O CBEI tem procurado assegurar as condições necessárias para garantir o cumprimento da legislação em vigor, no que respeita aos diversos equipamentos existentes, nomeadamente, através das vistorias aos equipamentos infantis e desportivos, inspeções de gás e energia elétrica, entre outras..

LOGÍSTICA E APROVISIONAMENTO

Na área da logística deu-se continuidade ao processo de melhoria. No que respeita ao aprovisionamento procurou-se melhorar o procedimento das compras b.em como a gestão de stocks.

Tendo em conta os resultados de despesa com os principais fornecedores obtidos no passado e comparado com os deste ano, constata-se que dever-se-á continuar a investir em novos procedimentos de requisição, compras, entrega e controlo das encomendas. Acreditamos que assim se possa controlar de forma ainda mais eficaz os custos, tendo em conta que estas medidas já nos permitiram reduzir custos.

INVESTIMENTOS E PATRIMÓNIO

O CBEI, em 2019, deu continuidade à reabilitação do seu património.

O CBEI E A INTERAÇÃO COM A COMUNIDADE

O CBEI face às múltiplas vertentes da atividade que desenvolve tem vindo a estabelecer profícuas relações multilaterais, quer reforçando parcerias formais ou informais, quer assegurando a sua representação em entidades várias.

PARTICIPAÇÃO NA REDE SOCIAL

O CBEI tem assegurado de forma sistemática a sua representação junto de várias entidades e organismos que, numa ótica de colaboração e responsabilidade bem como o acompanhamento e coordenação com os restantes agentes, tanto na definição de políticas, como em atividades relacionadas com a economia social. Este posicionamento tem permitido novas sinergias e políticas comuns em proveito do CBEI.

O CBEI através da sua representação na Comissão Social de Freguesia de Vila Franca de Xira, no Conselho Local de Ação Social - CLAS de Vila Franca de Xira, está, cada vez mais, envolvido nos problemas da Rede Social.

O CBEI participa ainda em assembleias gerais e outras reuniões promovidas pela Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), pela União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Lisboa (UDIPSS Lisboa) e pela Federação das Instituições Terceira Idade (FITI).

O CBEI encontra-se representado nas seguintes instâncias ou organismos:

- Rede Social do Concelho de Vila Franca de Xira
- Conselho Local de Ação Social (CLAS);
- SAASI (Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social Integrado do Concelho de Vila Franca de Xira
- Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Professor Reynaldo dos Santos;
- Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Alves Redol
- CPCJ (Comissão de Protecção de Crianças e Jovens)

O CBEI desenvolve outras parcerias e tem estabelecido protocolos com diversas entidades públicas e privadas, locais e nacionais:

- Câmara Municipal de Vila Franca de Xira;
- Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira;
- Junta de Freguesia da Castanheira do Ribatejo;
- Centro de Formação Profissional do IEFP;
- Instituto Superior de Psicologia Aplicada;
- Escola Superior de Educação de Santarém;

- Universidade Lusófona;
- Escola Superior Maria Ulrich;
- Instituto da Segurança Social;
- Ordem dos Psicólogos Portugueses;
- Escola Superior Agrária de Santarém.

ACORDOS DE COOPERAÇÃO

No desenvolvimento da sua atividade e no âmbito da Ação Social, o CBEI tem procurado corresponder às solicitações e necessidades dos que o procuram, dando respostas adequadas aos desafios atuais, e que têm sido bastante motivadoras para ousar e mudar, acreditando que esta colaboração corresponde ao que é pretendido. O CBEI tem procurado cumprir com todos os acordos de cooperação desde que os mesmos não ponham em causa a sustentabilidade da Instituição.

INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, IP (ISS)

Atualmente, o CBEI tem protocolado dois acordos de cooperação com o ISS e Ministério da Educação.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

Atualmente, o CBEI tem protocolos com a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira de grande importância para a comunidade, mas também importantes para a nossa Instituição.

Protocolo de Municipal de Serviço de Refeições - Este protocolo revela-se de grande interesse financeiro para a nossa Instituição.

AAAF - Atividades de Animação e Apoio à Família - AAAF - Atividades de Animação e Apoio à Família - Esta parceria com o município desenvolve-se nos Jardins de Infância da cidade.

AEC - Atividades de Animação Curricular - Este projeto resulta de uma parceria com o município e desenvolve-se nas escolas de 1.º ciclo da cidade.

AVALIAÇÃO E CONCLUSÃO DAS ACTIVIDADES NAS VÁRIAS RESPOSTAS SOCIAIS E FUNCIONAIS

O Órgão de Administração do CBEI, reunido a 7 de setembro de 2021, fez uma análise e avaliação das atividades desenvolvidas e da área administrativa da Instituição, e que aqui se reproduz:

Perante os relatórios apresentados pelas respostas sociais e demais documentos, no que se refere à atividade desenvolvida em 2020, conclui-se que os objetivos pedagógicos não foram atingidos de todo, dado o ano atípico que se viveu, assim como pela obstrução à gestão por parte de um pequeno grupo de associados.

Contudo, muitos procedimentos deverão ser alterados e melhorados no futuro com vista a melhorar a oferta, bem como a sua sustentabilidade.

Quanto à avaliação do funcionamento administrativo notou-se que as alterações implementadas ainda não foram suficientes para melhorar um funcionamento baseado em rotinas e procedimentos obsoletos .

É imperiosa a mudança, sendo para isso fundamental o empenho de todos os recursos humanos e melhorar as relações interpessoais, bem como encontrar doses adicionais de motivação aos que ainda sentem dificuldade em mudar rotinas e desempenhos.

Deverá ser implementada a avaliação de desempenho para que se possa melhorar o desempenho profissional.

Em conclusão o CBEI está no caminho para se tornar uma IPSS, sustentável e estável em termos financeiros e laborais, havendo ainda um longo caminho a percorrer de reorganização interna e externa.

ANÁLISE DAS CONTAS

O exercício de 2020, caracterizou-se por uma recuperação do resultado de exploração, comparativamente com o exercício de 2019 (- 54.934,83€), situando-se assim, já em valores positivos. Ou seja, o resultado de exploração de 2020, fixou-se em 53.327,50€.

De facto, existe uma recuperação, entre os exercícios supra referenciados, de 108.262,33€. Para esta recuperação, contribuiu de forma significativa, a redução dos encargos de funcionamento, incluindo os relacionados com os trabalhadores e os subsídios e apoios atribuídos no âmbito da pandemia.

Exercícios:	Ano 2019 (a)	Ano 2020 (b)	Varição (a-b)
Total de rendimentos	1 942 205,46 €	1 783 724,41 €	-158 481,05 €
Total de gastos	1 997 140,29 €	1 730 396,91 €	-266 743,38 €
Resultados líquidos	-54 934,83 €	53 327,50 €	108 262,33 €

Ou seja, conforme podemos verificar, apesar de se registarem quebras, tanto nos rendimentos, como nos gastos, a quebra nos gastos de funcionamento, proporcionou o alavancar dos resultados de exploração em 2020.

Não obstante tal facto, e apesar da expressão dos gastos de funcionamento ser de 8% para os géneros alimentares, e 15% para as despesas gerais de funcionamento, os gastos com pessoal, representam 73% da totalidade dos gastos de funcionamento. Ou seja, trata-se de uma percentagem muitíssimo elevada, não compatível com a estrutura do CBEI. Este tema, já havia sido mencionado na análise ao exercício de 2019. Onde, comparativamente com o exercício de 2018, se refere o seu impacto negativo nas contas.

Analisando os gastos gerais de funcionamento, enumerava as seguintes rubricas: Em consumos com géneros alimentares, comparativamente com o exercício de 2019, temos uma redução de -90.181,96€, ou seja, um decréscimo de -39%. Também se verifica, uma quebra, nas despesas relacionadas com as rubricas de funcionamento, no valor de - 89.762,75€, ou seja, -26%. A natureza de despesas com pessoal, apesar de uma variação de -100.084,15€ (-7%), tal é conseguida, sobretudo pelo efeito de isenção das contribuições para a segurança social, ao abrigo do Lay-off simplificado.

No que concerne à rubrica de prestação de serviços, temos a registar uma quebra de - 212.961,27€ (-24%), comparativamente com o exercício anterior, onde todas as respostas sociais, registam perdas nas mensalidades. Também ao nível dos nossos rendimentos suplementares, se nota uma quebra nos rendimentos provenientes das atividades extracurriculares.

Quanto aos subsídios à exploração e doações, registam um aumento de 82.086,55€ (+10%), comparativamente com 2019, apesar das quebras verificadas nos protocolos com a Segurança Social e Autarquia. No entanto, o contributo no âmbito da pandemia ao nível

dos acordos de cooperação, os apoios do Lay-off simplificado, assim como, a candidatura à compensação salarial do Pré-Escolar, permitiram esta variação positiva.

Relativamente à posição patrimonial, a mesma afigura-se negativa em -249.972,43€, sinal de que, a Instituição não demonstra viabilidade económica, e que no curto prazo, terá grandes dificuldades na sua subsistência financeira.

Os fundos patrimoniais, revelam resultados líquidos negativos, de exercícios anteriores, no valor de -682.612,93€, sendo que, no ano económico de 2020, houve necessidade, face à sua materialidade de procedermos a correções a exercícios anteriores no valor de 227.167,20€. Correções estas, que se devem a incobráveis de utentes (152.165,89€), incobráveis de sócios (11.878,88€), e a correções ao imobilizado e suas depreciações (63.122,43€).

De notar, que o relatório de contas de 2019, já afigurava registo pela sua materialidade, de correções a resultados de exploração de exercícios anteriores.

Em termos de passivo (corrente e não corrente), o mesmo mantém-se comparativamente com o exercício de 2019, não se registando, grandes alterações nas responsabilidades perante terceiros. Por sua vez, o nosso ativo apresenta uma degradação, passando de 719.643,28€ em 2019, para 537.305,49€ em 2020. Ou seja, o nosso ativo, registou uma perda de -182.337,79€.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

Centro de Bem-Estar Infantil

Contribuinte: 500060770

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	10	677.354,32	890.315,59
Subsídios, doações e legados à exploração	17.11	931.322,85	849.236,30
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-139.391,90	-229.573,86
Fornecimentos e serviços externos	17.12	-257.652,70	-347.415,45
Gastos com o Pessoal	15	-1.258.889,41	-1.358.973,56
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	11	-4.097,69	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	17.13	174.963,26	202.561,22
Outros gastos	17.14	-19.825,99	-7.208,54
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		103.782,74	-1.058,30
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-41.312,41	-39.805,09
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		62.470,33	-40.863,39
Juros e rendimentos similares obtidos	17.15	83,98	92,35
Juros e gastos similares suportados	17.15	-9.226,81	-14.163,79
Resultados antes de impostos		53.327,50	-54.934,83
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		53.327,50	-54.934,83

A Direção

O responsável

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

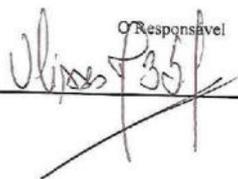
Centro de Bem-Estar Infantil
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2020	2019
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		741 915,40	1 224 725,41
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		359 651,96	569 991,00
Pagamentos ao pessoal		774 475,21	786 439,15
Caixa gerada pelas operações		-392 211,77	-131 704,74
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	-170 643,45
Outros recebimentos/pagamentos		376 805,16	233 180,89
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-15 406,61	-69 167,30
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	144 796,07
Dividendos		83,98	92,35
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		0,00	0,00
		83,98	144 888,42
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		675 000,00	57 739,92
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuizos		0,00	0,00
Doações		0,00	10 544,57
Outras operações de financiamentos		15 079,56	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		673 352,23	187 534,53
Juros e gastos similares		7 248,86	6 247,75
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	-15 000,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		9 478,47	-110 497,79
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
Efeito das diferenças de câmbio		-5 844,16	-34 775,57
Caixa e seus equivalentes no início do período		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período		11 457,19	16 724,64
		5 593,03	11 437,19

A Direção

O Responsável



BALANÇO DO EXERCÍCIO

Centro de Bem-Estar Infantil

Contribuinte: 500060770

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	-434 064,00	476 634,95
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros	17.1	12 516,49	10 798,79
Financiamentos concedidos - Fundador/doador		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	21 152,87
		446 580,49	508 586,61
Activo corrente			
Inventários	9	6 944,99	4 567,97
Créditos a receber	17.3	14 752,92	129 188,66
Estado e outros entes públicos	17.9	0,00	3 120,69
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	17.2	14 453,39	11 878,88
Diferimentos	17.5	3 281,38	5 270,23
Outros ativos correntes	17.4	45 699,32	45 593,05
Caixa e depósitos bancários	17.6	5 593,03	11 437,19
		90 725,00	211 056,67
Total do ativo		537 305,49	719 643,28
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	17.7	268 024,57	268 024,57
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	17.7	-682 612,93	-400 510,90
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	17.7	111 288,43	121 608,93
		-303 299,93	-10 877,40
Resultado líquido do período		53 327,50	-54 934,83
Total dos fundos patrimoniais		-249 972,43	-65 812,23
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	11	4 097,69	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	8	37 041,77	132 041,77
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		41 139,46	132 041,77
Passivo corrente			
Fornecedores	17.8	249 516,92	197 944,45
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	17.9	84 780,97	89 837,75
Financiamentos obtidos	8	125 373,78	13 646,45
Diferimentos	17.5	0,00	23 446,90
Outros passivos correntes	17.10	286 466,79	328 518,19
		746 138,46	653 413,74
Total do passivo		787 277,92	785 455,51
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		537 305,49	719 643,28

A Direcção

Ulisses José
Responsável

REFERÊNCIAS FINAIS

O apoio e a colaboração de muitas personalidades, entidades públicas e privadas foram fundamentais e muito importantes para o CBEI atingir objetivos, de acordo com a sua Missão, e realizar as suas atividades de modo a satisfazer as necessidades dos seus utentes e da comunidade em que está inserida.

Agradecemos, por isso, a todos os que de alguma forma contribuíram no dia a dia desta instituição. Destacamos assim:

- Pais e sócios desta Instituição;
- Todos os trabalhadores e voluntários pela forma dedicada e empenhada nas tarefas que ajudaram a concretizar os projetos e objetivos do CBEI;
- Presidente, vereadores e demais colaboradores da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira;
- Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira e demais autarcas e colaboradores;
- Agrupamento de Escolas Alves Redol
- Agrupamento de Escolas Professor Reynaldo dos Santos
- ISS – Instituto da Segurança Social – Unidade Local, Centro Distrital e Nacional;
- IEFP de Vila Franca de Xira;
- Polícia de Segurança Pública de Vila Franca de Xira;
- Bombeiros Voluntários de Vila Franca de Xira;
- Ateneu Artístico Vilafranquense;
- Banco Montepio Geral, balcão de Vila Franca de Xira;

Vila Franca de Xira, 7 de setembro de 2021

O Órgão de Administração

Presidente – Gil Afonso de Gouveia Teixeira
Vice-Presidente – Luís Possidónio Santos Pedro
Tesoureiro – João Luís Tavares Carolino
Secretário – Ana Isabel de Gouveia Teixeira
Vogal – Ricardo Alexandre dos Santos Patusco

ANEXO À CONTA DE GERÊNCIA DE 2020

**CENTRO DE BEM ESTAR INFANTIL DE
VILA FRANCA DE XIRA**

Anexo

Conta de Gerência de 2020

Índice

1 Identificação da Entidade	3
2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	3
3 Principais Políticas Contabilísticas.....	4
3.1 Bases de Apresentação.....	4
3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	5
4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	13
5 Activos Fixos Tangíveis	13
6 Activos Intangíveis.....	15
7 Locações.....	15
8 Custos de Empréstimos Obtidos	15
9 Inventários.....	16
10 Rédito.....	17
11 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes.....	17
12 Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	17
13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio	17
14 Imposto sobre o Rendimento	17
15 Benefícios dos empregados e Órgãos Directivos.....	18
16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais	18
17 Outras Informações	19
17.1 Investimentos Financeiros	19
17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	19
17.3 Créditos a Receber.....	20
17.4 Outros Ativos Correntes	20
17.5 Diferimentos	21
17.6 Caixa e Depósitos Bancários	21
17.7 Fundos Patrimoniais	21
17.8 Fornecedores	22
17.9 Estado e Outros Entes Públicos	22
17.10 Outros Passivos Correntes.....	22
17.11 Subsídios, doações e legados à exploração	23
17.12 Fornecimentos e serviços externos	23
17.13 Outros rendimentos e ganhos.....	23
17.14 Outros gastos e perdas	24
17.15 Resultados Financeiros	24
17.16 Acontecimentos após data de Balanço	25

1 | Identificação da Entidade

1.1 Designação da entidade

Nome da Instituição: “CBEI”- Centro de Bem Estar Infantil de Vila Franca de Xira

É uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob forma de associação com estatutos aprovados em 23 de Outubro de 2015.

1.2 Sede

Sede Rua Dr. Vasco Moniz, nº22

2600-273 Vila Franca de Xira

1.3 NIPC

500060770

1.4 Natureza da atividade

A Instituição foi constituída em 1975 e apresenta como fins estatutários apoio à Infância, desenvolvendo atualmente as seguintes respostas:

- Creche
- Educação Pré-Escolar
- ATL

2 | Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2020 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No. Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259-B/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 | Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Entidade na preparação das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materiais se puderem, individualmente ou coletivamente influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. A dimensão ou a natureza do item, ou uma combinação de ambas, pode ser o fator determinante.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do

processo desagregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações nos fundos patrimoniais e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo. Se uma linha de item não for individualmente material, ela é agregada a outros itens, seja na face dessas demonstrações, seja nas notas do anexo. Um item que não seja suficientemente material para justificar a sua apresentação separada na face dessas demonstrações pode, porém, ser suficientemente material para que seja apresentado separadamente nas notas do anexo.

3.1.5 Compensação

Os ativos e passivos, e os rendimentos e gastos, não devem ser compensados. É importante que os ativos e passivos e os rendimentos e gastos sejam separadamente relatados. A compensação quer na demonstração dos resultados quer no balanço, exceto quando a mesma reflita a substância da transação ou outros acontecimentos, prejudica a capacidade dos utentes em compreender as transações, outros acontecimentos e condições que tenham ocorrido e de avaliar os futuros fluxos de caixa da entidade.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa deve ser incluída para a informação descritiva quando for relevante para compreensão das demonstrações financeiras do período corrente.

Por alteração de políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-----
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	4
Equipamento biológico	-----
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontra espelhada na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração é também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.3 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidos diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica “Aumentos/reduções de justo valor”, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “Propriedades de investimento em desenvolvimento” até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “Variação de valor das propriedades de investimento”, que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.4 Activos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	-----
Programas de Computador	3
Propriedade industrial	-----
Outros Ativos Intangíveis	-----

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.5 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.6 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou dos serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a Receber

Os “Créditos a Receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos correntes

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.9 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimos Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

E/ou

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja

interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor - geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa aplicável sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2016 a 2019 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 | Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 | Activos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

Bens do património histórico, artístico e cultural

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Exercício de 2019						
Descrição (Ativo)	Saldo inicial	Aumentos	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Terreno e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	691 098,40	138 985,35	0,00	0,00	0,00	830 083,75
Equipamento Básico	110 529,20	0,00	0,00	0,00	0,00	110 529,20
Equipamento de transporte	298 990,70	0,00	0,00	0,00	0,00	298 990,70
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	268 332,60	0,00	0,00	0,00	0,00	268 332,60
Outros ativos fixos tangíveis	25 430,46	0,00	0,00	0,00	0,00	25 430,46
Total	1 394 381,36	138 985,35	0,00	0,00	0,00	1 533 366,71

Exercício de 2019				
Descrição (Gasto)	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Terreno e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	315 561,38	25 629,15	0,00	341 190,53
Equipamento Básico	106 660,07	813,52	0,00	107 473,59
Equipamento de transporte	306 183,92	0,00	0,00	306 183,92
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	271 022,09	442,31	0,00	271 464,40
Outros ativos fixos tangíveis	28 566,03	1 853,29	0,00	30 419,32
Total	1 027 993,49	28 738,27	0,00	1 056 731,76

Exercício de 2020						
Descrição (Ativo)	Saldo inicial	Aumentos	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Terreno e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	830 083,75	0,00	20 758,47	0,00	0,00	809 325,28
Equipamento Básico	110 529,20	0,00	10 259,38	0,00	0,00	100 269,82
Equipamento de transporte	298 990,70	0,00	5 775,53	0,00	0,00	293 215,17
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	268 332,60	0,00	4 532,04	0,00	0,00	263 800,56
Outros ativos fixos tangíveis	25 430,46	21 152,87	1 895,92	0,00	0,00	44 687,41
Obras em Curso	0,00	35 178,00	0,00	0,00	0,00	35 178,00
Total	1 533 366,71	56 330,87	43 221,34	0,00	0,00	1 546 476,24

Exercício de 2020				
Descrição (Gasto)	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Terreno e recursos naturais	0,00		0,00	0,00
Edifícios e outras construções	341 190,53	69 691,05	0,00	410 881,58
Equipamento Básico	107 473,59	442,31	7 646,08	100 269,82
Equipamento de transporte	306 183,92	0,00	12 968,75	293 215,17
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	271 464,40	2 673,22	10 779,36	263 358,26
Outros ativos fixos tangíveis	30 419,32	14 268,09	0,00	44 687,41
Total	1 056 731,76	87 074,67	0,00	1 112 412,24

Ano	Total Ativos Fixos Tangíveis	Total Deprec. Acumuladas	Ativo Líquido
2019	1 533 366,71	1 056 731,76	476 634,95
2020	1 546 476,24	1 112 412,24	434 064,00

Propriedades de Investimento

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

6 | Ativos IntangíveisBens do domínio público

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

Outros Ativos Intangíveis

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

7 | Locações

A Entidade detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

8 | Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	Exercício de 2020			Exercício de 2019		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	0,00	7 248,86	7 248,86	0,00	2 692,94	2 692,94
Locações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas	0,00	0,00	0,00	0,00	2 796,90	2 796,90
Contas bancárias de factoring	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas bancárias de letras descontadas	0,00	0,00	0,00	0,00	7 067,38	7 067,38
Outros empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	7 248,86	7 248,86	0,00	12 557,22	12 557,22

Os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente aos empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	Exercício de 2020			Exercício de 2019		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De um a cinco anos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mais de cinco anos	98 352,23	7 248,86	105 601,09	149 021,25	12 557,22	161 578,47
Total	98 352,23	7 248,86	105 601,09	149 021,25	12 557,22	161 578,47

Descrição	Estrutura dos Financiamentos Obtidos - Capital em Dívida Corrente e Não Corrente					
	Exercício de 2020			Exercício de 2019		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	10 294,22	37 041,77	47 335,99	13 646,45	37 041,77	50 688,22
Locações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos bancários	15 079,56	0,00	15 079,56	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas	100 000,00	0,00	100 000,00	0,00	95 000,00	95 000,00
Contas bancárias de factoring	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas bancárias de letras descontadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	125 373,78	37 041,77	162 415,55	13 646,45	132 041,77	145 688,22

9 | Inventários

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Exercício de 2019					Exercício de 2020			
	CMVMC	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário final	CMVMC	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário final
Mercadorias			0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, Subs. Consumo	229 573,86	0,00	234 141,83	0,00	4 567,97	139 391,90	141 768,92	0,00	6 944,99
Produtos acabados e intermédios			0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desp., resid. Interm.			0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso			0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Total	229 573,86	0,00	234 141,83	0,00	4 567,97	139 391,90	141 768,92	0,00	6 944,99

10| Rédito

Para os per dos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes R ditos:

Descri�o	2020	2019
Vendas	0,00	0,00
Prest�o de Serviços		
Quotas de utilizadores (Mensalidades)	645 254,32	860 800,59
Quotas e joias	32 100,00	29 515,00
Serviços Secundários	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaboradores	0,00	0,00
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	677 354,32	890 315,59

11| Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**Provisões**

Nos per dos de 2019 e 2020, ocorreram as seguintes varia es relativas a provisões:

Descri�o	2019	Aumentos	Diminui�es	2020
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestrutura�o	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas do sector	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	4 097,69	0,00	4 097,69
Total	0,00	4 097,69	0,00	4 097,69

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

- Os Subsídios estão evidenciados na rubrica 17.13.

13 Efeitos de altera es em taxas de câmbio

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

14 Imposto sobre o Rendimento

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

15 Benefícios dos empregados e Órgãos Diretivos

Os membros dos órgãos diretivos, para os períodos de 2019 e 2020, foram, respetivamente:

Exercício 2019	
Cargo	Nome
Presidente Direção	Gil Afonso de Gouveia Teixeira
Vice-Presidente Direção	Helena Isabel Canha Saraiva Gonçalves
Tesoureiro Direção	Carlos Manuel Pestana Dias
Secretário Direção	Bruno Emanuel Berenguer Matias
Vogal Direção	João Luís Tavares Carolino

Exercício 2020	
Cargo	Nome
Presidente Direção	Gil Afonso de Gouveia Teixeira
Vice-Presidente Direção	Luís Possidónio Santos Pedro
Tesoureiro Direção	João Luís Tavares Carolino
Secretário Direção	Ana Isabel de Gouveia Teixeira
Vogal Direção	Ricardo Alexandre dos Santos Patusco

Os órgãos diretivos não usufruem quaisquer remunerações.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em:	
Exercício	número médio de colaboradores
31-12-19	86
31-12-20	85

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2020	2019
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	20 916,48
Remunerações ao pessoal	1 052 286,67	1 052 243,74
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	14 275,31	0,00
Encargos sobre as Remunerações	171 184,08	268 614,46
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	16 635,55	10 689,23
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	4 507,80	6 509,65
Total	1 258 889,41	1 358 973,56

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro, contudo as dívidas evidenciadas, encontram-se a ser regularizadas mediante acordo de pagamento com a tutela.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2020	2019
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	12 516,49	10 798,79
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	12 516,49	10 798,79

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2020 e 2019, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	14 453,39	11 878,88
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	36,00	36,00
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

17.3 Créditos a Receber

Para os períodos de 2020 e 2019 a rubrica “Créditos a Receber” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2020	2019
Cientes e Utentes c/c		
Cientes	0,00	0,00
Utentes	14 752,92	129 188,66
Cientes e Utentes títulos a receber		
Cientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Cientes e Utentes factoring		
Cientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Cientes e Utentes cobrança duvidosa		
Cientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Total	14 752,92	129 188,66

A Instituição dispõe de uma aplicação de Gestão de Clientes que disponibiliza uma conta corrente por cliente evidenciando todos os movimentos.

Nos períodos de 2020 e 2019 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

- Nesta Rubrica não existe nada a evidenciar.

17.4 Outros Ativos Correntes

A rubrica “Outros Ativos Correntes” tinham, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a seguinte decomposição:

Descrição	2020	2019
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	1 520,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	676,57
Devedores por acréscimos de rendimentos	40 692,24	34 097,33
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	641,99	4 934,06
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Ativos Financeiros	4 365,09	4 365,09
Outros Ativos Financeiros	0,00	0,00
Total	45 699,32	45 593,05

17.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Gastos a reconhecer		
- Seguros	2 998,93	4 466,25
- Outras Despesas com Custo Diferido	282,42	803,98
Total	3 281,35	5 270,23

Rendimentos a reconhecer		
- Mensalidades	0,00	23 446,90
- Outras Receitas com Proveito Diferido	0,00	0,00
Total	0,00	23 446,90

17.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2020 e 2019, encontrava-se com o seguinte saldo:

Descrição	2020	2019
Caixa	0,00	4 347,34
Depósitos à ordem	5 593,03	7 089,85
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Total	5 593,03	11 437,19

17.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	268 024,57	0,00	0,00	268 024,57
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	400 510,90	294 546,81	12 444,78	682 612,93
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	121 608,93	5 533,02	15 853,52	111 288,43
Total	790 144,40	300 079,83	28 298,30	1 061 925,93

A conta Capital, no âmbito da Norma Contabilística nº 4, e atendendo à materialidade das correções, foi objeto de registo no montante de 227.167,20€, referente a correções a exercícios anteriores.

17.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Fornecedores c/c	249 516,92	197 944,45
Adiantamento Fornecedores	0,00	0,00
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedoras faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	249 516,92	197 944,45

17.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	1 468,54
Outros Impostos e Taxas	0,00	1 652,15
Total	0,00	3 120,69
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	22 400,52	16,79
Segurança Social	62 235,70	89 304,78
Outros Impostos e Taxas	144,75	536,18
Total	84 780,97	89 857,75

17.10 Outros Passivos Correntes

A rubrica “Outros Passivos Correntes” desdobram-se da seguinte forma:

Descrição	2020		2019	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar	0,00	78 965,86	0,00	62 843,86
Cauções	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações	0,00	805,77	0,00	0,00
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos Utentes	0,00	0,00	0,00	44 192,30
Fornecedores de Investimentos	0,00	35 178,00	0,00	0,00
Credores por acréscimo de gastos	0,00	151 119,32	0,00	180 824,23
Outros credores	0,00	20 397,84	0,00	40 657,80
Total	0,00	286 466,79	0,00	328 518,19

17.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2020 e 2019, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2020	2019
Subsídios ISSS	892 163,41	768 266,80
- Subsídios ISS - Acordos Cooperação	790 998,81	768 266,80
- Fundo Socorro Social	0,00	0,00
- Outros Subsídios ISS - Adaptar Social +	0,00	0,00
- Outros Subsídios ISS - Apoios Excepcionais Covid	101 164,60	0,00
Subsídios de outras entidades	39 159,44	80 969,50
- Autarquias	38 578,68	76 436,19
- IEFP	0,00	4 533,31
- Outras Entidades	580,76	0,00
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
Total	931 322,85	849 236,30

17.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, foi a seguinte:

Descrição	2020	2019
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	168 772,24	191 919,05
Materiais	5 362,28	14 170,08
Energia e fluidos	26 213,66	36 563,46
Deslocações, estadas e transportes	1 083,40	22 419,46
Serviços diversos	55 862,80	81 325,82
Encargos com Utentes	358,32	1 017,58
Total	257 652,70	347 415,45

17.13 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Rendimentos Suplementares	76 872,41	129 860,85
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	5 933,96	2 499,60
Outros rendimentos e ganhos	92 156,89	70 200,77
Total	174 963,26	202 561,22

17.14 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Impostos	778,63	3 050,46
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	19 047,36	4 158,08
Total	19 825,99	7 208,54

17.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2020	2019
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	9 226,81	14 163,79
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	9 226,81	14 163,79
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	83,98	92,35
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	83,98	92,35
Resultados Financeiros	-9 142,83	-14 071,44

17.16 Acontecimentos após data de Balanço

Enumera-se como facto determinante, os impactos sociais e macroeconómicos a nível mundial, e em especial em Portugal, causados pela Pandemia Covid19, ao nível do confinamento nas empresas, no nível de emprego, nos rendimentos e no consumo nacional. Desconhecendo-se face à incerteza, o seu verdadeiro impacto económico e social.

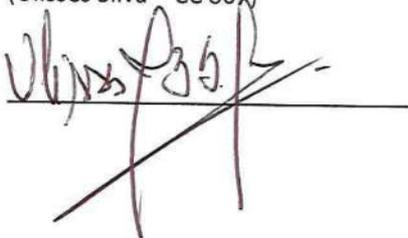
Não são conhecidos à data mais eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Setúbal, 10 de setembro de 2021

O Contabilista Certificado

(Ulisses Silva – CC 807)



A Direção
